





MARÇO DE 2023

Nº 20

INFORMATIVO

SOMOS MROSC

PLATAFORMA MROSC

Financiado pela União Europeia

SOMOS MROSC

O boletim informativo “Somos MROSC” oferece uma visão sobre o cenário atual do Congresso Nacional, destacando propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que possam interessar às Organizações da Sociedade Civil (OSC). O objetivo desta publicação é manter as organizações signatárias da Plataforma MROSC informadas sobre proposições que impactem o ambiente jurídico das OSC e sobre a atuação da própria Plataforma MROSC.





REELEITOS, PACHECO ASSUME A PRESIDÊNCIA DO SENADO E DO CONGRESSO NACIONAL E LIRA RECEBE A MAIOR VOTAÇÃO DA HISTÓRIA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA

Em votação secreta, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) foi reeleito presidente do Senado Federal, cargo que ocupará por mais dois anos durante a 57o Legislatura. Ele obteve 49 votos, contra 32 de Rogério Marinho (PL-RN). Pacheco iniciou seu mandato no Senado em 2019 e foi eleito presidente da Casa pela primeira vez em 2021.

Para ser eleito presidente do Senado, o candidato precisaria ter pelo menos 41 votos, ou seja, maioria absoluta do Plenário da Casa. Os senadores votaram em tradicionais cédulas de papel, depositadas em urnas e apuradas por um grupo de senadores. As cédulas serão destruídas em seguida, como manda o Regimento Interno do Senado.

Na Câmara dos Deputados, o deputado Arthur Lira (PP-AL), 53 anos, foi reconduzido para o posto de presidente por mais 2 anos. Com apoio de 20 partidos, o congressista foi reeleito com 464 votos em 1º turno e derrotou seus únicos adversários, Chico Alencar (Psol-RJ) e Marcel van Hattem (Novo-RS). É a maior votação para o cargo da história.





ELEIÇÃO DA MESA

Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) foi eleito primeiro-vice-presidente; e Rodrigo Cunha (União-AL), segundo-vice-presidente. Rogério Carvalho (PT-SE) ficou com a Primeira-Secretaria; Weverton (PDT-MA), com a Segunda-Secretaria; Chico Rodrigues (PSB-RR) e Styvenson Valentim (Podemos-RN), com a Terceira e a Quarta-Secretarias, respectivamente.

COMISSÕES PERMANENTES

Finalizadas a posse dos senadores eleitos e a **escolha da Mesa**, as novas lideranças partidárias negociam o comando das **14 comissões temáticas permanentes da Casa**, com a definição de membros e a eleição de presidentes e vice-presidentes. São os líderes partidários que indicam os integrantes das comissões em nome de cada legenda ou do respectivo bloco parlamentar.



RETORNO DAS COMISSÕES MISTAS QUE ANALISAM AS MPS SEGUE INDEFINIDA

Sem combinar com Lira, Senado aprova volta de comissões de Medidas Provisórias (MPs), contudo, o Ato só vale se também for aprovado por deputados da Mesa. A votação de MPs direto no plenário dá mais poder ao presidente da Câmara. A Mesa Diretora do Senado aprovou a volta das comissões mistas para analisar todas as MPs que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou desde 1o de janeiro. Em decorrência da pandemia, propostas do tipo vinham sendo votadas diretamente nos plenários das Casas do Congresso. Já o governo, defende que apenas as MPs enviadas após o Ato Conjunto a ser apresentado pelo Congresso Nacional, passem a tramitar pelas comissões mistas para evitar insegurança jurídica.

Tradicionalmente, a ordem de escolha segue **a proporcionalidade das bancadas de blocos e partidos**. O maior bloco é o Democracia (MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede), que conta com 31 senadores. Seguido pelo bloco Resistência Democrática (PSD, PT e PSB), com 28 parlamentares.

O bloco Progressistas/Republicanos, que reúne senadores dos dois partidos, tem 10 membros. O PL, que contabiliza 12 senadores, não se uniu a nenhum bloco.

MESA DO CONGRESSO DEFINE VAGAS DOS PARTIDOS NA CMO, QUE SERÁ PRESIDIDA POR UM SENADOR

A Mesa do Congresso Nacional define neste mês o espaço que os partidos e blocos parlamentares vão ocupar na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A representação de cada legenda deve respeitar o critério da proporcionalidade: as maiores bancadas **no Senado** e **na Câmara** ficam com mais cadeiras. O presidente do colegiado será um senador, enquanto um deputado federal deverá assumir a função de relator-geral do projeto de Lei Orçamentária de 2024.

A CMO é uma das mais importantes comissões do Congresso Nacional. Ela é responsável por dar parecer e votar matérias que compõem o chamado ciclo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, o colegiado analisa os projetos de créditos adicionais ao Orçamento sugeridos pelo Poder Executivo.

A divisão das cadeiras entre partidos e blocos foi publicada na segunda quinzena deste ano. Depois disso, os líderes têm até o dia 7 de março para indicar os membros da CMO. São 40 titulares, sendo 10 senadores e 30 deputados.

CONGRESSO RETOMA ATIVIDADES COM 24 VETOS PARA ANÁLISE

Com a abertura dos trabalhos legislativos, senadores e deputados terão 24 **vetos presidenciais** para analisar. Desses, oito já trancam a pauta do Congresso. O veto é a discordância do Presidente da República com determinado projeto de lei aprovado pelas Casas Legislativas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). A Constituição determina que ele seja apreciado pelos parlamentares em sessão conjunta, sendo necessária a maioria absoluta dos votos de Deputados e Senadores para sua rejeição. O veto não apreciado, após 30 dias do seu recebimento, é incluído automaticamente na pauta do Congresso Nacional, sobrestando as demais deliberações até que seja ultimada sua votação.



CONGRESSO PODE VOTAR PROPOSTA DA REFORMA TRIBUTÁRIA NESTE ANO

A reforma tributária vem sendo anunciada como uma das prioridades do novo governo federal. Estão em análise no Congresso Nacional algumas propostas de emenda à Constituição (PECs) com esse objetivo, com destaque para a **PEC 110/2019** e a **PEC 45/2019**. Também está em tramitação a **PEC 46/2022**, apresentada **em dezembro** pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

COMISSÕES DO SENADO ELEGEM SEUS PRESIDENTES E RETOMAM OS TRABALHOS



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)
Vanderlan Cardoso (PSD-GO)



Comissão de Assuntos Sociais (CAS)
Humberto Costa (PT-PE)



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)
Davi Alcolumbre (União-AP)



Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)
Carlos Viana (Podemos-MG)



Comissão de Direitos Humanos (CDH)
Paulo Paim (PT-RS)



Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR)
Marcelo Castro (MDB-PI)





Comissão de Educação (CE)
Flávio Arns (PSB-PR)



Comissão de Infraestrutura (CI)
Confúcio Moura (MDB-RO)



Comissão de Meio Ambiente (CMA)
Leila Barros (PDT-DF)



Comissão de Agricultura (CRA)
Soraya Thronicke (União-MS)



Comissão de Relações Exteriores (CRE)
Renan Calheiros (MDB-AL)



Comissão de Segurança Pública (CSP)
Sérgio Petecão (PSD-AC)



Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC)
Omar Aziz (PSD-AM)

PLÍNIO VOLTA A PEDIR CPI PARA INVESTIGAR ONGS



Em pronunciamento em Plenário nesta terça-feira (28), o senador Plínio Valério (PSDB-AM) anunciou que já reuniu assinaturas suficientes para apresentar novo pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar ONGs na Amazônia.

GRUPO DE TRABALHO SE REÚNE ESSA SEMANA

O GT formado para analisar a reforma tributária (**PEC 45/19**) tem reunião nesta terça-feira (28), às 14h30, para apresentação do plano de trabalho do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O coordenador do grupo é o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). O relator tem apontado em entrevistas para o foco na tributação sobre o consumo.

PRESIDENTE DA CÂMARA

O presidente da Câmara disse em evento que a pauta prioritária neste momento é a reforma tributária e que o governo, sobretudo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está com o foco na aprovação da proposta. Para Lira, qualquer avanço que ajude a desburocratizar e simplificar a cobrança de impostos no País é significativo. Ele defendeu a votação de uma reforma tributária possível.

RELEMBRE A EMENDA N. 162/2021 DA PLATAFORMA MROSC (PEC 110/2019)



LINK EXTERNO

A proposta que está sendo pleiteada junto a parlamentares e assessorias defende a ideia de que solidariedade não se tributa, por meio da promoção de quatro alterações constitucionais. A primeira delas, no art. 150, da Constituição, veda a tributação sobre doações a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, desde que empenhadas diretamente em iniciativas de superação da pobreza, da desigualdade social e na construção de uma sociedade solidária e demais ações de interesse público. Ora, não faz sentido dar o mesmo tratamento tributário para doações privadas e doações com finalidade de interesse público.

Além disso, restringe-se o universo de organizações da sociedade civil que praticam ações de interesse público, tais como o alcance dos objetivos da República, previsto no artigo 3º da Constituição.

A outra alteração no art.150 resolve a polêmica jurisprudencial ao abarcar, na vedação à instituição de imposto sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de saúde, ao lado das de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

O acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 174 da Constituição objetiva propor um regime de tratamento diferenciado às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que sejam dedicadas e estejam operando atividades que contribuam no alcance dos objetivos previstos no art. 3º desta Constituição. Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apoiarão e estimularão as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, por meio da garantia de tratamento diferenciado e favorecido às organizações; de incentivos econômicos e fiscais para a atuação das organizações; e da não incidência tributária a doações e outros ingressos destinados às suas finalidades.

Por fim, a alteração no parágrafo 7º do art.195 visa à correção de expressão erroneamente grafada que gerou longos debates jurisprudenciais. É sabido que a Constituição promove imunidades, e não isenções.

A Plataforma MROSC pleiteou junto a lideranças partidárias a possibilidade de que a Emenda 162 fosse destacada, mas sem sucesso.

VOCÊ DESEJA FAZER PARTE DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA DA PLATAFORMA MROSC?

Escreva para mroscplataforma@gmail.com e peça para ser incluído em nosso grupo de whatsapp, onde postamos informações sobre a reforma tributária, bem como debatemos a regulamentação das matérias por lei.

VOCÊ JÁ SEGUE A PLATAFORMA MROSC NAS REDES SOCIAIS?

Siga a Plataforma MROSC nas redes sociais para ficar por dentro das atividades desenvolvidas pela rede.

As redes sociais da Plataforma MROSC são:

Sua OSC ainda não é signatária da Plataforma MROSC?
Faça sua adesão em nosso site:

plataformaosc.org.br

Realização:

PLATAFORMA MROSC

Apoio:

Financiado pela União Europeia

Este informativo foi elaborado com a participação exclusiva da Plataforma MROSC, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

FICHA TÉCNICA

Elaboração: Diego Scardone e Patrick Mariano

Revisão: Candice Araujo, Igor Ferrer, Eliana Rolemberg, Vitória Mesquita, Laís de Figueirêdo Lopes e Aldiza Soares.

Assessoria de Comunicação Angelica Tomassini e Nívea Martins.

Comitê Facilitador da Plataforma MROSC: Abong, Cáritas Brasileira, Cese, Esquel, Gife e Unicopas.

Projeto gráfico e diagramação: Mateus Leal

Contato com a redação: mroscplatataforma@gmail.com